A QUESTÃO RACIAL NA ESCOLA

OLIVEIRA, Idalina Maria Amaral de
Especialista no ensino de História pela FAFICOP, hoje
UENP. Professora de História da rede pública estadual do Paraná.

Orientadora
NODA, Marisa
Universidade Estadual Norte do Paraná

RESUMO

A escola, com o papel de produtora de conhecimento é local privilegiado para se desenvolver o diálogo a respeito do preconceito racial. A disciplina de História ajuda a enfrentar a questão do preconceito e da discussão da situação do afro-descendente no Brasil. Ela trabalha com a construção de um novo olhar sobre a história nacional, regional, local e ressalta a contribuição dos africanos e afro-descendentes na construção da nação brasileira. Assim é indispensável um mergulho na história e na cultura africana, pois a sociedade brasileira é produto da participação de africanos e afro-descendentes em associação com povos de outras origens, tornando assim a história do Brasil mais exata. O ensino da educação étnico-racial é uma dívida para com o nosso povo, só assim, será restaurada a importância do negro como agente ativo do processo de formação da sociedade brasileira, fazendo com que os alunos se sintam construtores da sua própria história. O trabalho possibilita aos alunos um pensar em relação às ações do seu cotidiano, evidencia a discussão da temática étnico-racial, levando estes mesmos alunos a se verem como sujeitos históricos, estimulados a buscarem pela pesquisa, o novo, sem deixar de encontrar no velho os elementos importantes para enfrentar a realidade presente. Desta maneira, este trabalho possibilita a reflexão sobre a temática étnico-racial dentro da escola, especialmente na disciplina de História.

Palavras-chave: Escola. História. Relações étnico-raciais. Teorias raciais. Discriminação.

THE RACIAL SUBJECT IN THE SCHOOL

ABSTRACT

The school, with the paper of producing of knowledge it is local privileged to develop the dialogue regarding the racial prejudice. The discipline of History helps to face the subject of the prejudice and of the discussion of the situation of the afro-descending in Brazil. It works with the construction of a new look at

on the national, regional, local history and it stands out the contribution of the Africans and afro-descending in the construction of the Brazilian nation. So it is indispensable a dive in the history and in the African culture, because the Brazilian society is product of the participation of Africans and afro-descending in association with people of another origins, turning, this way, the history of most exact Brazil. The teaching of the ethnic-racial education is a debt to our people, only like this, the black's importance will be recuperated as active agent of the process of formation of the Brazilian society, doing with that the students feel building of its own history. The work facilitates the students a to think in relation to the actions of its daily one, it evidences the ethnic-racial discussion of the thematic, taking these same students see themselves as historical persons, stimulated to look for for the research, the new, without leaving of finding in the old the important elements to face the present reality. This way, this work facilitates the reflection on the thematic ethnic-racial inside of the school, especially in the discipline of History.

Palavras-chave: School. History. Ethnic-racial relationships. Racial theories. Discrimination.

1. INTRODUÇÃO

A escola, com o papel de produtora de conhecimento é local privilegiado para se desenvolver o diálogo a respeito do preconceito racial. Observadas situações vivenciadas no cotidiano da escola, percebeu-se a necessidade desse diálogo.

A pouca discussão sobre a história e cultura africana, impede um entendimento da história e da cultura brasileira a partir da visão dos afro-descendentes, pois sem este conhecimento ela se torna uma história unilateral, branca, determinada por concepções eurocêntricas. Assim torna-se indispensável um mergulho na história e na cultura africana, pois a sociedade brasileira é produto da participação de africanos e afro-descendentes em associação com povos de outras origens, tornando assim a história do Brasil mais exata, pois apontará traços de nossa cultura que estavam sendo relegados ao esquecimento.

O Governo Federal instituiu a Lei nº. 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio. Assim diz a lei:

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
> § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
> § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2204, p. 35)

Essa decisão vem valorizar historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Porem sabe-se que, a lei só sairá do papel se professores e alunos tiverem acesso à formação sobre a temática racial na educação. Torna-se necessário que os envolvidos com a educação sejam preparados para vivenciarem diariamente no contexto escolar, alternativas e práticas que ajudem a formar seres humanos mais justos e solidários e que saibam viver com as diferenças.

A disciplina de História ajudará no enfrentamento da questão do preconceito e da discussão da situação do afro-descendente no Brasil. Ela trabalhará com a construção de um novo olhar sobre a história nacional, regional, local e ressaltará a contribuição dos africanos e afro-descendentes na construção da nação brasileira. Desmistificando visões equivocadas sobre o negro e o continente africano, apresentando a realidade de que os negros não eram escravos, foram escravizados, que a África não é uma terra de escravos e que os povos africanos são portadores de histórias, de saberes, de conhecimentos. Trazer para as aulas conteúdos de história da África e do Brasil africano é fazer cumprir nosso grande objetivo como educadores: levar a reflexão sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debates, estimular valores e comportamentos de respeito e solidariedade.

Para o brasileiro, o preconceito racial é considerado vergonhoso, é condenável. As pessoas negam seus preconceitos. Como disse Florestan, “o brasileiro tem preconceito de ter preconceito”. (FERNANDES, 1972. p.42)

O racismo é um fenômeno social que está presente na estrutura social brasileira. Chegou em 1870 ao Brasil como uma nova base teórica para se interpretar a realidade. Elas trouxeram consigo todo um jargão cientificista, evolucionista, determinista, positivista e também as proposições referentes ao

racismo científico. (COSTA, 1967) O racismo científico teve sua época áurea entre 1870 e 1930, ele procurava explicar biologicamente as características dos homens, era considerado científico porque foi produzido pela antropologia e pela sociologia, pelas ciências do século XIX.

Aqui no Brasil, até mesmo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 adapta-se também com as preocupações das ciências que marcaram o país no século XIX, a partir da influência européia, iniciada com o **Positivismo Conteano** e o **Darwinismo social.** Desta forma, a História adquire legitimidade por ser científica e por buscar uma verdade única.

Assim, o racismo nasce no Brasil associado à escravidão. E é após a Abolição que se organizam as teses de inferioridade biológica dos negros e assim se propagam pelo país.

O esforço pela superação ao racismo caracteriza-se num elemento necessário para a organização de novas dinâmicas das relações sociais brasileiras.

Combater o preconceito racial e a discriminação presentes no contexto escolar tornasse urgente para que os envolvidos na educação reconheçam as diferenças, construam identidades efetivamente igualitárias, superando o racismo e combatendo a discriminação, propalando a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Buscou-se possibilitar uma reflexão sobre o ensino da educação étnico-racial, na disciplina de História, partindo da proposta do historiador e pesquisador alemão Jörn Rüsen. (PARANÁ, 2007) A finalidade do ensino de História é a formação de um pensamento histórico a partir da produção do conhecimento.

Segundo Rüsen (2006, p.16), a aprendizagem histórica é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica, articulada ao modo como a experiência do passado é vivenciada de modo a fornecer uma compreensão do presente e a construir projetos de futuro.

> [...] Mediante a narrativa histórica, são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas como determinação de sentido no quadro de orientação da vida prática humana. [...] A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual passado, presente e futuro

> formam uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica. (RÚSEN, 2001, p. 57, 65, 66, 67)

É de conhecimento da sociedade em geral e dos educadores que o Brasil precisa construir a sua história. Construir uma nação mais justa com oportunidades iguais para todos independente do grupo étnico, raça e condições sociais. (AMORIM, 2007).

Diante de tal necessidade as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná destaca que o cumprimento da Lei nº 10.639/03, inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, seguidas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Assim diz a Deliberação do Conselho Estadual de Educação:

> **Parágrafo único.** Ao tratar da História da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil, devem os professores fazer abordagens positivas, sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno negro-descendente mire-se positivamente, quer pela valorização da história de seu povo, da cultura de matriz africana, da contribuição para o país e para a humanidade. (PARANÁ, 2006. p. 15)

Oportunizar aos alunos um pensar em relação às ações do seu cotidiano, evidenciando a discussão da temática étnico-racial, levando estes mesmos alunos a se verem como sujeitos históricos, pertencentes a determinados grupos e estimula-los a buscarem pela pesquisa, pelo novo, sem deixar de encontrar no velho os elementos importantes para enfrentarem a realidade presente.

O ensino da educação étnico-racial é uma dívida para com o nosso povo, só assim, será restaurado a importância do negro como agente ativo do processo de formação da sociedade brasileira e fará com que nossos alunos se sintam construtores da sua própria história.

Como afirma BENTO (2005), uma reflexão sobre nossos próprios valores, crenças e condutas são fundamentais para entendermos as desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Dentro das atividades desenvolvidas no PDE 2008, e idealizadas no Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, realizou-se a produção de uma

Unidade Temática, cujo título “A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira”, contribuiu para que o tema da questão racial fosse discutido em sala de aula de forma direta, sem subterfúgios.

A Implementação do Projeto foi desenvolvida no ano de 2009, no Colégio Estadual Floriano Landgraf Ensino Fundamental e Médio de Santo Antônio do Paraíso, ela propôs ações de transformação de comportamentos ligados à relação étnico-racial na escola, voltado principalmente para alunos do ensino fundamental, professores e funcionários do colégio. O trabalho teve como alvo a valorização de atitudes que visaram à transformação e combate as desigualdades, discriminações e racismo que permeiam a sociedade brasileira e também nossas escolas.

2. DESENVOLVIMENTO

O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE estabeleceu uma nova política de formação continuada para os professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Paraná, política está que visa à integração e valorização dos professores.

Fazendo parte da segunda turma incorporada a este programa, teve-se a oportunidade de retornar às atividades acadêmicas dentro da área de formação, possibilitando uma atualização e aprofundamento de conhecimentos teórico-práticos, levando a uma reflexão sobre as práticas e as possibilidades de mudanças.

As atividades desenvolvidas pelo Programa de Desenvolvimento Educacional PDE no decorrer de 2008 foram constituídas de três grandes eixos, *atividades de integração teórico-práticas, atividades de aprofundamento teórico e atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico.* Atividades na sua maioria presenciais, realizadas nas Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná – IES, que no caso foi a Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP – Campus de Jacarezinho. Realizou-se também atividades à distância através do Grupo de Trabalho em Rede GTR, que deu continuidade no ano de 2009, envolvendo os demais professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná.

A atividade de integração teórico-práticas desenvolveram-se sob a orientação da Professora orientadora da IES, Marisa Noda, composta pelo Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola, pela Produção Didático-Pedagógica e por este Artigo Científico.

O Projeto de Intervenção Pedagógica na Escola tem como título “A Questão Racial na Escola”, pois se acredita que a escola é o local ideal para se propagar a discussão a respeito do preconceito racial. Pois só de forma coletiva é possível valorizar ações de construção de uma sociedade baseada em relações sociais justas, igualitárias e solidárias e assumir posturas e compromissos que visem combater as desigualdades, discriminações e o racismo que ainda permeiam a sociedade brasileira.

Os afro-descendentes brasileiros dos nossos dias quase sempre aparece no quadro de pobreza: a renda da população negra no Brasil corresponde a 53% da renda recebida pelos brancos no ano de 2006, entre os trabalhadores sem carteira assinada e no serviço doméstico 59,1%, os negros são a maioria, de acordo com o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA 2006).

A reprodução do preconceito é um círculo vicioso: pessoas preconceituosas podem praticar no seu dia-a-dia atos racistas, que alimentam uma sociedade preconceituosa e racista, que forma novas pessoas racistas.

Desde suas primeiras constituições, o Brasil adota princípios constitucionais que proíbem a discriminação racial. A Constituição atual trata a discriminação como crime imprescritível, pode ser punido a qualquer tempo e inafiançável, não se admite que o acusado responda o processo em liberdade.

Só que infelizmente, Santos (2009) afirma, que os juristas brasileiros na sua maioria, ignoram o crime de racismo. A cada 17 denúncias de racismo, apenas uma transforma-se em ação penal no Brasil. No Rio de Janeiro, 92% das ações penais não são enquadradas como racismo, mas interpretadas, na esmagadora maioria dos casos, como injúria.

Segundo a mesma tese já comentada de Santos (2009), no Rio de Janeiro, o número de denúncias de racismo segue uma onda crescente. Foram 1.886 ações de racismo em 2.005, 2.773 em 2006 e 1.549 no primeiro semestre de 2007. Em Alagoas foram apenas 10 casos. Entre 2002 e 2007 Pernambuco registrou 63 casos e Rondônia teve 18 processos, no Rio Grande do Sul e 267 e em Santa Catarina 837.

De acordo com pesquisas realizadas por organizações não governamentais que prestam assistência jurisdicional às vítimas de racismo desde 1984, a tipificação do crime de racismo no Brasil é precária e inadequada e a população negra é tratada com descaso pelas autoridades policiais que não acreditam que possam ser punidas por não darem a pessoa negra o devido tratamento de cidadão. “É muito difícil provar a discriminação racial no Brasil porque quem tem que provar o dolo é a vítima.” (SANTOS, 2009)

Sabemos que o rigor da lei não têm sido suficientes para acabar com as práticas discriminatórias. É preciso também que as pessoas tenham consciência de que devem denunciar toda e qualquer pratica discriminatória para as autoridades competentes.

O projeto buscou refletir sobre os nossos próprios valores e condutas, estão em nossas mãos às possibilidades de transformá-las, desenvolvendo ações de valorização as diversidades étnicas e culturais, pois só assim é possível afastar o preconceito e educar adolescentes mais conscientes.

Discutiu-se com alunos, professores de várias disciplinas e funcionários do colégio a respeito do preconceito e suas faces, ressaltando as diversas identidades dos mesmos, mostrando a introdução de valores considerados negativos, alimentados no dia–a-dia por processos sociais. Buscou-se uma consolidação da identidade afro-descendente, como também das demais culturas, possibilitando assim uma reflexão sobre educação étnico-racial na disciplina de História.

A disciplina de História nos deu fundamentos para a discussão deste contexto de forma a entendermos que o preconceito racial no Brasil foi construído historicamente e poderá ser desconstruído a partir de seu próprio entendimento.

A Produção Didático-Pedagógica constitui-se de um Folhas nele, desenvolveu-se o tema da ideologia do branqueamento, cujo título é “A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira”.

A ideologia do branqueamento provem da convicção de que o sangue “branco” purificaria o primitivo, “africano”, permitindo a eliminação física destes e a formação de um povo homogêneo. O branqueamento foi uma pressão

cultural exercida por uma hegemonia branca, para que o negro negasse a si mesmo, como uma condição para se integrar na nova ordem social.

Fez com que o negro sofredor do racismo acabasse favorável à miscigenação, para assim “branquear” a família, sem enxergar que noções de miscigenação, são construções político-sociais utilizadas por setores da sociedade que comandam o país e que pretendem continuar dominando.

Espera-se tornar visível a população do país que as chamadas “minorias” são, na verdade, uma maioria historicamente calada, esperando apontamentos que possam contribuir para a construção de uma sociedade brasileira menos injusta, preconceituosa e discriminatória, valorizando diversidades culturais, buscando uma cidadania plena.

A pouca discussão sobre a história e cultura africana, impede um entendimento da história e da cultura brasileira a partir da visão dos afro-descendentes, pois sem este conhecimento ela se torna uma história unilateral, branca, marcada por concepções eurocêntricas. Assim examina-se conceitos históricos, destacando a ideologia do branqueamento, analisando de forma geral a maneira como tal ideologia penetrou no meio da sociedade e como ela foi assimilada cotidianamente, por setores da população brasileira.

Pensadores do século XIX, como o francês Joseph-Auguste de Gobineau, o alemão Richard Wagner e o inglês Houston Stwart Chamberlain, utilizaram a teoria da seleção natural, para tentar explicar a sociedade humana. Concluíram então que alguns grupos humanos eram fortes e outros fracos. (BENTO, 2005)

Desse modo, diferenças de tipos físicos passaram a ser utilizadas para classificar seres humanos. Nasceu assim a fórmula básica do racismo: portadores de pele escura, os negros e os não europeus, considerados raça inferior. Portadores de pele alva, os brancos, raça superior. (BENTO, 2005)

Tendo o Brasil enorme contingente de população negra, as teorias racistas sinônimo de atraso ofereciam suporte para a defesa da inferioridade dos negros.

A ordem, era injetar o “sangue branco”, propondo branquear a população.

Em 1889, um ano depois do fim da escravidão, o império foi substituído por uma república, proclamada por militares que representaria os interesses dos grandes cafeicultores. Ganha força no novo regime político às idéias da

superioridade da raça branca e de que os negros eram um obstáculo para a evolução do país. Havia também projetos dos políticos e dos homens pensantes do país que sonhavam com o branqueamento da população, vista como fator que dificultaria o alcance dos estágios mais avançados do desenvolvimento, conforme os padrões ocidentais. Assim, para o Brasil atingir o mesmo nível das nações mais desenvolvidas deveria eliminar seu lado africano e negro.

A miscigenação aparece como uma única saída para resolver o grande "dilema" que se impõe: como construir um projeto de nação respeitável num país onde a maioria da população está condenada ao atraso, conforme as teorias científicas raciais? A ordem, portanto, era injetar o "sangue branco" e cada vez mais branquear a população.

> A miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população. (SEYFERTH, 1998, p.43)

O ideal de branqueamento é, portanto uma ideologia nativa, nascida na pós-abolição, com seus pretextos notadamente racistas foram compartilhados pela intelectualidade nacional, presente nas obras de inúmeros e influentes pensadores, juristas, políticos e escritores brasileiros. É citado dentre outros, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Paulo Prado, Oliveira Viana.

Assim nos indica CORRÊA (2001):

> Se não foi explicitado em leis civis discriminatórias, como a segregação racial norte-americana, o racismo enquanto crença na superioridade de determinada raça e na inferioridade de outras, teve larga vigência entre os nossos intelectuais no período do final do século passado [século XIX] e início deste [século XX], sendo o ponto central de suas análises a respeito de nossa definição como povo e nação. (p.43)

Tal ideologia fazia crer às elites locais que o "problema" étnico-racial brasileiro poderia ser solucionado pelo caminho da miscigenação. Sua origem provem da convicção de que o sangue "branco" iria purificar o sangue primitivo,

“africano”, permitindo a eliminação física destes e a formação gradativa de um povo homogêneo: “branco” e “civilizado”. É esta crença que explica a legitimidade da imigração dos europeus para o país.

No projeto de imigração brasileiro, a questão racial é um conceito orientador, assim imigrantes estrangeiros, sim; mas europeus/brancos. Uma imigração dispensável do ponto de vista econômico.

> A teoria brasileira do “branqueamento”(...) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (...) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada “e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata”. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas. (SKIDMORE, 1989, p.81)

A ideologia do branqueamento, pregava a integração dos negros via assimilação dos valores brancos, teve como objetivo propagar que não existiam diferenças raciais no Brasil e que todos aqui vivem de forma harmoniosa, sem conflitos. A isto damos o nome de democracia racial. Projeta uma nação branca que, através do processo de miscigenação, ira arrancar o negro da nação brasileira, supondo-se, assim, que a opressão racial acabaria com a raça negra pelo processo de branqueamento.

O branqueamento foi uma pressão cultural exercida por uma hegemonia branca, para que o negro negasse a si mesmo, no corpo e na mente, como uma espécie de situação para se integrar na nova ordem social. (BENTO & CARONE, 2002)

Isso faz com que o negro sofredor do racismo, acabe favorável à necessidade da busca da miscigenação, para assim “branquear” a família, para que ela então sinta menos preconceito, sem enxergar que noções, tanto de miscigenação quanto de pureza racial, são construções político-sociais utilizadas por setores da sociedade que pretende se manter dominante. (MUNANGA, 1999)

Assim as diferenças sociais existentes entre brancos e negros no Brasil não são reflexos do acaso, do desenvolvimento “natural” das forças produtivas,

nem da existência um dia, da escravidão, a exclusão dos negros e descendentes de vários setores da vida pública brasileira igualmente não advém de uma legislação.

> "(...) Essa exclusão parece ter sido também o resultado de uma atuação coerente, apoiada por um racismo 'científico', que legitimou iniciativas políticas (...) como no caso dos privilégios concedidos à imigração que tiveram como conseqüência uma entrada maciça de brancos no país (...)". (CORRÊA, 2001, p.43)

Espera-se que essas reflexões cooperem para uma discussão sobre a ideologia do branqueamento na sociedade brasileira. Fazendo visível a toda população do país que as chamadas "minorias" formam um grupo de pessoas enorme de excluídos, e são, na verdade, uma "maioria" historicamente calada, esperando um futuro de apontamentos que possam contribuir para a construção de uma sociedade brasileira menos injusta, preconceituosa e discriminatória, valorizando sua diversidade cultural, buscando uma cidadania plena, verdadeira.

Iniciou também no ano de 2008, o Grupo de Trabalho em Rede - GTR, este se prorrogou até 2009. O Grupo de Trabalho em Rede – GTR é uma atividade do Plano Integrado de Formação continuada do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, caracterizou-se pela formação continuada de professores da Rede Pública Estadual de Ensino, modalidade a Distância. O título do GTR foi "A Questão Racial na Escola", ele foi dividido em seis unidades, nas quais apresentou-se o Projeto de Implementação Pedagógica na Escola buscando a contextualização, análise e contribuição dos professores cursistas.

Segundo os professores cursistas do GTR, o tema é muito atual e ao mesmo tempo polemico, pois deve ser visto como um instrumento de formação de consciência do educando. Devendo a escola estar atenta em realizar seu papel a contento e promover reflexões que permitam ao educando se ver como construtor de sua história e responsável pelo desenrolar das questões sociais pertinentes a sua comunidade local, regional e nacional. Para tanto, mobilizar os professores e alunos despertando-os para o debate, para a valorização e o respeito para com o ser humano. Criar uma nova visão sobre o contexto histórico da questão racial no Brasil.

> “Apesar de a plena igualdade entre todos os indivíduos de uma dada sociedade (e muito mais entre os indivíduos das diferentes sociedades) ser uma meta só imaginável em sonho (e de alguns poucos), a conquista da igualdade de oportunidades para que cada um se desenvolva a partir de suas potencialidades deve ser perseguido pelos homens.” (SOUZA, 2008, p.140)

A problemática é real e sua superação passa necessariamente por práticas educativas e reflexões na escola, a problemática apresentada contempla a formação da consciência critica, do respeito e valorização e contribuirá no processo de formação do educando. Assim, fará nascer e germinar novas posturas nos docentes do nosso estado. Ganha com isso os nossos alunos espalhados pelas escolas públicas do Paraná.

Dando continuidade ao GTR, foi levado ao conhecimento dos professores cursistas a Produção Didático Pedagógica cujo título “A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira”, solicitou-se que analisassem a relação entre a Produção Didático Pedagógica e o Projeto de Implementação ressaltando a utilização desse material na escola.

Sobre a Produção Didático Pedagógica, os professores cursistas do GTR concluíram que, nós professores temos que nos preocupar com o preconceito que decorre da ignorância em relação ao grupo discriminado, onde as pessoas tem uma visão distorcida da realidade, pois quando nos acostumamos com a violência, o desemprego, a morte, o racismo, deixamos de ver o que realmente acontece. Omitindo-nos, colaboramos para um mundo desigual e a “arma” que temos para lutar contra essa sociedade preconceituosa é a educação. Precisamos nos unir a comunidade escolar para que juntos possamos desenvolver projetos para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. A produção didático pedagógica, refletida, analisada e aprofundada, possui elementos teóricos e metodológicos esclarecedores com profunda clareza e fundamentação. Quem de vocês já não ouviram coisas como: “esse negro tinha alma branca”, “cuidado não vai lá fora que o negro te pega”, Estas experiências negativas refletem uma ideologia discriminatória de inferioridade em relação ao branco. Acredito que nós professores temos um papel muito importante para contribuir aos nossos alunos mostrando através da investigação, elementos que possibilitarão clareza, conscientização e

valorização do ser negro dentro de seu contexto, bem como ajudá-los a superar a discriminação e o preconceito. A Produção Didático Pedagógica levou a uma releitura de fatos históricos de nosso país, o que permitiu termos uma visão ampla e tratar com segurança alguns contextos históricos.

Foi apresentado também aos professores cursistas questões relacionadas aos avanços e desafios na fase de Implementação Pedagógica na Escola. Terminamos nosso GTR realizando as avaliações, nossa como professor tutor do GTR como também dos nossos professores cursistas.

Os professores cursistas concluíram na sua maioria que as sugestões apresentadas ao longo do curso, são fáceis de colocar em prática nas mais diferentes séries da educação básica. Que proporcionou o acesso a um material de conteúdo. Mas o importante, infelizmente foi notar que a discriminação ainda esta presente em nosso dia a dia, mais vamos à luta e por vários caminhos tentando modificar essa infeliz realidade brasileira.

O Grupo de Trabalho em Rede – GTR aproximou e socializou o conhecimento, contribuindo na formação docente e ao mesmo tempo ajudou a rever práticas pedagógicas em relação aos desafios que muitas escolas estão passando diante da realidade do racismo, preconceito e discriminação. Abriu novos horizontes sobre a temática.

Ao retornar ao Colégio Estadual Floriano Landgraf, no qual se encontra minha lotação, iniciamos o terceiro período do Programa de Desenvolvimento Educacional, que é a Implementação do Projeto na Escola. Partiu-se do objetivo geral do projeto que é o combate ao preconceito racial e a discriminação presentes no contexto escolar. A implementação iniciou-se com a apresentação do projeto aos professores, equipe pedagógica e direção, para assim termos um envolvimento nas realizações das ações educativas. Um momento que os professores aproveitaram para fazer alguns questionamentos quanto à temática e como se realizaria a implementação, feito os devidos esclarecimentos as duvidas dos colegas entregamos aos participantes marcadores de livros com textos para reflexão quanto ao tema racial.

Tivemos a oportunidade de compor um Grupo de Apoio a Implementação do Projeto na Escola, contamos com a participação de professores e funcionários do colégio, participação bem diversificada com professores das áreas de educação física, ciências, matemática química,

história, português, educação especial e funcionários do colégio como secretárias, auxiliares de serviços gerais e cantineira. O objetivo foi criar condições para que o professor PDE e os demais participantes do grupo discutissem as bases teórico-metodológicas que orientavam o Projeto, analisar e adequar as atividades desenvolvidas e a programação das atividades a serem realizadas na escola junto com os alunos. E no final da Implementação, avaliar as atividades realizadas ao longo do processo de Implementação. Foi uma atividade opcional que conclui ser necessária para um melhor desenvolvimento e Implementação do Projeto. O Grupo de Apoio a Implementação seguiu a um cronograma pré-estabelecido, dividido em oito etapas, onde foram discutidos temas como: as resistências negras; as teorias raciais; o racismo na história oficial do Brasil; a ideologia do branqueamento na sociedade brasileira; o preconceito e os estereótipos; o negro na sociedade brasileira contemporânea. Como afirma AMORIM (2007):

> [...] a escola na atualidade tem como desafio a inclusão das diferentes pessoas, seja no âmbito das relações, seja no atendimento das necessidades individuais e coletivas. Neste sentido, faz-se necessário que todos os envolvidos com a educação estejam preparados para vivenciar no cotidiano das instituições de ensino alternativas de práticas que ajudem a formar seres humanos mais solidários e que saibam conviver com as diferenças. (p.216)

Diante das discussões nos encontros do Grupo de Apoio a Implementação, professores e funcionários concluíram a importância de se repensar a questão racial na escola. É evidente a necessidade de uma nova postura diante de situações de preconceito, discriminação e racismo. Propuseram-se a estudar e a tornar nosso espaço escolar em um lugar de combate ao racismo e a discriminação em nossa sociedade. O preconceito e a discriminação ainda estão muito presentes em nosso cotidiano, no mercado de trabalho, nas piadas, nas ações das pessoas. Inicia-se agora uma busca pela verdadeira democracia racial, entre muitos conflitos e divergências, com uma necessidade em desconstruir os estereótipos criados ao longo dos anos em nosso país.

Ao apresentar a Produção Didático Pedagógica, cujo título é “A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira”, o Grupo de Apoio a Implementação concluiu que a questão do preconceito foi sendo incutida nos

brasileiros através de ideologias racistas para amenizar a visão de um país inferior, de negros, de atrasados socialmente. Com a ideologia do branqueamento, tentou-se criar uma visão de igualdade, de raça homogênea, mais clara, portanto, “mais adiantada” (estratégia racista). Fez com que os próprios negros acreditassem que eram inferiores e passassem a desprezar a sua própria origem, para que os brancos se sentissem parte de uma classe superior.

Os participantes do Grupo de Apoio a Implementação perceberam a importância e relevância do tema “A Ideologia do Branqueamento na Sociedade Brasileira”, alguns até mesmo desconheciam em profundidade o assunto. Acharam totalmente viável o trabalho da Produção Didático Pedagógica, principalmente por mostrar que a Ideologia do Branqueamento foi negativa para nosso país atrasando-o em várias questões como a cultural, pois impediu a participação do negro de maneira plena para o desenvolvimento da cultura nacional. Observaram que o ensino da educação étnico-racial é uma dívida para com o nosso povo, só assim, restauraremos a importância do negro como agente ativo do processo de formação da sociedade brasileira e faremos com que nossos alunos se sintam construtores da sua própria história.

> “Ao mudarmos a maneira como nos aproximamos desses temas e percebemos a importância dos africanos a afro-descendentes para a nossa formação, assim como o valor das sociedades africanas, que têm muito a contribuir para a história da humanidade como um todo, estaremos caminhando para o fortalecimento da auto-estima de todos os afro-brasileiros e dos brasileiros em geral.” (SOUZA, 2008, p.140)

Foi apresentado ao Grupo de Apoio à Implementação sugestões de como se trabalhar a questão racial na escola nas diferentes disciplinas. Sugerimos que em História o professor procure construir junto com seus alunos um novo olhar para a história nacional, regional e local destacando a contribuição dos africanos e afros descendentes na composição da sociedade brasileira. Para Língua Portuguesa e Literatura a sugestão para trabalho é a de realizar com os alunos análises de outros textos que circulam fora do espaço escolar como, letra de músicas, cartum, quadrinhos, revistas produzidas para o público jovem, obras clássicas que abordam a questão racial. Levando o aluno a ter um olhar crítico sobre os textos, buscando a percepção de manifestações

da diferença ou da manifestação à afirmação e à reivindicação dessa diferença. Destacar a influência africana em nossa língua. Para Educação Física, a sugestão foi de trabalhar a cultura, as danças, a musicalidade, o ritmo, os adereços e as diversas manifestações de matriz africana. Em Biologia foram sugeridas temáticas como estudar as teorias antropológicas, desmistificação das teorias raciais principalmente da superioridade racial. Na Matemática pode-se trabalhar análise de dados do IBGE sobre a composição da população brasileira, o negro no mercado de trabalho, a mortalidade da população brasileira, destacando as especificidades da população negra. Depois da apresentação foi solicitado para cada professor aplicar uma das sugestões em sua sala de aula, para que no fechamento da implementação, todos participassem da apresentação final à comunidade escolar. Os participantes do Grupo de Apoio a Implementação que não trabalham em sala de aula também realizaram pesquisas e elaboraram um trabalho para a apresentação a comunidade escolar.

Em outro momento da Implementação do Projeto na Escola, realizamos trabalhos com os alunos previamente selecionados, os escolhidos foram os alunos da 8ª série B, diurno, do Colégio Floriano Landgraf, turma composta por onze meninas e dezesseis meninos sendo que quatro são afro-descendentes, totalizando vinte sete alunos, na faixa etária dos quatorze anos. Foi elaborado um cronograma dividido em 12 encontros. Estes encontros foram trabalhados em horas aulas, atividades extra-sala de aula e também horários paralelos.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dos trabalhos constituiu-se de momentos de leitura, observações, debates, reflexões, ações de transformação de comportamento frente à relação étnico-racial na escola e na sociedade local. Foi trabalhado com o método histórico, pois ele investiga fatos do passado para entendermos suas influências na sociedade atual e o método comparativo, partindo da comparação de comunidades no presente e no passado, suas semelhanças e diferenças, permanências e mudanças.

As atividades que foram realizadas buscaram ampliar o senso crítico dos alunos frente às representações e conceitos que lhes foram transmitidos historicamente, assim demos condições para que os alunos pensassem, tomassem decisões e agissem, assumindo responsabilidades por relações étnicas positivas dentro do ambiente em que está inserido.

Um olhar atento ao cotidiano escolar, nos mostra que os educandos dentro da complexidade humana têm suas próprias características. Amam, pensam, criam odeiam, têm sonhos, sofrem e fazem sofrer, têm aparência física e pertencimento étnico-racial, posturas, memórias, conflitos, afetos e saberes. Com este olhar para educandos concretos com sentimentos conflituosos que a escola contribui na formação de seres humanos pensantes e responsáveis pelas suas ações. Entretanto para atingir este objetivo, faz-se necessário um ambiente escolar que instiguem a reflexão, a leitura, a pesquisa e a produção. (AMORIM, 2007)

No desenvolvimento da implementação foram realizadas atividades relacionadas ao tema do projeto “A Questão Racial na Escola”.

Demos início à implementação com a apresentação de um banner ilustrando as principais idéias acerca das discussões raciais no meio escolar.

Dando continuidade, desenvolve-se junto com os alunos atividades de leituras de textos: “Cabelo, pele, nariz e outras diferenças, do livro Cidadania em Preto e Branco – discutindo as relações raciais de Maira Aparecida Silva Bento, A questão escravista no Brasil imperial, do livro didático dos alunos, Projeto Araribá, O vendedor de balões do livro Enigma do Iluminado de Anthony de Melo.

Os alunos após as leituras debateram, colocaram suas opiniões e produziram textos expondo suas conclusões, podemos assim destacar comentários do tipo:

“Cada pessoa tem seus traços físicos, uns tem o nariz grande outro pequeno, uns com cabelos lisos outros encaracolados, olhos pretos outros olhos claros. Por isso que não pode existir classificação da espécie humana. Temos que nos orgulhar do ser humano e não ficarmos nos comparando com outros, por que cada um é um ser único.” (Juliana – 8ªB/2009)

“Lembre-se, não existe raças diferentes o que existe são pessoas com traços e costumes diferentes.” (Mariana – 8ªB/2009)

“Muitas pessoas na escola já foram discriminadas pela sua cor, principalmente negros. Eu também já fui discriminado por alguns colegas que dizem que era brincadeira, mas de muito mau gosto.” (Gustavo – 8ªB/2009)

Apresentou-se no desenvolvimento da Implementação do Projeto na Escola a Produção Didático Pedagógica “A Ideologia do Branqueamento na

Sociedade Brasileira". Realizou-se reflexões em cima dos temas raciais, dinâmicas que levaram a tomada de decisões quanto a questões raciais, pesquisas, produções de textos e realização de um concurso de desenhos cujo tema foi à igualdade racial, exibimos o filme "Crash – No limite", logo depois foi produzido pelos alunos poemas e raps dentro da questão racial e discriminação contra os afro-descendentes.

Apresento poema escrito por um aluno dentro da implementação do projeto.

DISCRIMINAÇÃO

Este ano na escola
aprendemos uma lição.
Convivendo com todos
sem fazer discriminação.

As pessoas não querem ver,
não querem ter noção,
que temos que lutar em conjunto
para combater a discriminação.

Não importa a cor da pele,
nem a sua religião.
Mas o que vale é o respeito
pra vivermos como irmãos.
(Rhoan Carlos – 8ª B/2009)

Foi realizado pelos alunos três edições de um jornal mural, cujo título foi "A Questão Racial na Escola", nele abordamos os seguintes temas: poesias, letras de músicas, moda, esporte, direitos, educação, trabalho, personalidades negras de destaque no mundo, formas de resistência à escravidão no Brasil, reportagens sobre o continente africano. Ao final das pesquisas os alunos montaram o jornal mural e o apresentaram para a turma com comentários a respeito de cada sessão do jornal, depois o colocaram em exposição no pátio

da escola para socializar seus conhecimentos quanto à questão racial com as outras turmas do colégio.

Aqui, a pesquisa precisa ser entendida não como sinônimo de cópia de autores de outros livros, mas, como resolução de problemas que inquietam professores e educandos. (AMORIM, 2007)

Ao fechar a Implementação do Projeto na Escola, realizou-se uma apresentação dos trabalhos produzidos dentro da implementação para a comunidade escolar. Esta atividade contou com o apoio e participação da direção, equipe pedagógica, professores e funcionários do Grupo de Apoio a Implementação, alunos da 8ª série B e alguns alunos das demais séries do Colégio Floriano Landgraf que desenvolveram temas raciais com os professores que participaram do Grupo de Implementação. Neste dia foi realizada a apresentação de todas as edições do jornal mural, produções realizadas pelos alunos, poesias, textos, raps, premiação do concurso de desenho. Também foram apresentados os trabalhos realizados pelo Grupo de Apoio a Implementação e seus alunos. Houve exposição de frases conscientizando a igualdade entre todos, culinária afro-brasileira, pesquisas sobre os costumes, brincadeiras e confecção de brinquedos infantis que foram herdados da cultura africana, objetos utilizados para castigos e torturas dos escravos. Ao final aconteceu uma confraternização entre todos os que apresentaram seus trabalhos. Como esta apresentação conseguimos socializar com toda a comunidade escolar os estudos realizados durante toda a implementação do projeto.

3. CONCLUSÃO

Sabemos que a Lei nº. 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio. Porém, a lei só sairá do papel se professores e alunos tiverem acesso a material e formação sobre a temática racial na educação. É de extrema necessidade que os envolvidos com a educação busquem alternativas e práticas para que formemos seres humanos mais solidários e que vivam em harmonia com as diferenças, somente através das discussões

em diferentes áreas do conhecimento é que nossos alunos se sentirão verdadeiramente construtores de sua história. Lembrando que o ensino da educação étnico-racial é uma dívida histórica que temos para com o nosso povo.

Assim, trabalhou-se na implementação reflexões sobre o ensino da educação étnico racial em diferentes componentes curriculares na disciplina de História. Fazendo o aluno posicionar-se criticamente frente à cultura afro-brasileira, percebendo que nossa sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais diferentes, que tem culturas e histórias próprias, igualmente importantes e que juntos, constroem sua história. Acreditando que só de forma coletiva é possível valorizar ações de transformação na perspectiva da construção de uma sociedade baseada em relações sociais justas, igualitárias e solidárias.

O projeto possibilitou uma aproximação maior com problemas reais em nossa escola, onde também percebemos e analisamos algumas ações excludentes que nós (professores/alunos) praticamos no cotidiano escolar. Chegamos à conclusão de que o projeto pode e deve ter uma continuidade. Como sugestão gostaria de destacar o trabalho da Equipe Multidisciplinar que será de imensa importância nas escolas do Paraná.

Trazer para as aulas conteúdos de história da África e do Brasil africano é fazer cumprir nosso grande objetivo como educadores. Levar a reflexão sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debates, estimular valores e comportamentos de respeito e solidariedade é dar um passo no caminho da reconstrução de uma história do nosso passado que ainda precisa ser compreendida. Pois ao ouvir as vozes que estão presentes no cotidiano escolar esta nos aproximando dos problemas sociais de nosso país.

Que este trabalho continue inspirando reflexões e coopere para novas discussões sobre a “Questão Racial na Escola”. Fazendo visível a toda população do país que as chamadas “minorias” formam um grupo de pessoas enorme de excluídos, e são, na verdade, uma maioria historicamente calada, esperando um futuro de apontamentos que possam contribuir para a construção de uma sociedade brasileira menos injusta, preconceituosa e

discriminatória, valorizando sua diversidade cultural, buscando uma cidadania plena, verdadeira.

4. REFERÊNCIAS

AMORIM, Roseane Maria de. O ensino para educação das relações étnico - racias: um olhar para o cotidiano escolar. In: **Revista História e Ensino vol. 13.** Londrina: Ed. UEL. 2007.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em Preto e Branco.** São Paulo: Ática, 2005.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia Social do Racismo.** Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.

BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico - racias e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

COSTA, João Cruz. **Contribuição à História das idéias no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978. v.1 e 2.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o**

Racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.p. 143 a 154.

HUGHES – WARRINGTON, Marnie. **50 Grandes Pensadores da História.** São Paulo: Contexto, 2005.

MELLO, Anthony de. **Enigma do Iluminado.** História de todos os tempos para meditação. São Paulo: Loyola, 2000. v. 2.

MUNANGA, Kabenguele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006 (Coleção para entender).

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.** Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

NODA, Marisa. **A ciência e o preconceito na formação do brasileiro.** Projeto Folhas História, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos:** inserção dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares. Curitiba: SEED, 2005.

_____ . Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos:** História e cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico - racias. Curitiba: SEED, 2006.

PROJETO ARARIBA. **História:** obra coletiva. São Paulo: Moderna, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiografia.** Petrópolis: Vozes, 2008.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2201.

_____. **Didática da História:** passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: Práxis educativas, v.1, n.2. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, Júlio Groppa. (org.) **Diferenças e preconceitos na Escola: Alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus Editorial, 1998. p.p. 73 a 92.

SANTOS, Ivanir A. **Uma Justiça cega para o racismo.** Disponível em: http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/09/30e30099762.asp>. Acesso em: 10 outubro2009.

SANTOS, Luiz Carlos dos. A presença negra no Brasil. In: **Curso Educação Africanidades Brasil.** Brasília: MEC, 2006.

SANT' ANA, Antônio Olímpio de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p.p. 39 a 68.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELI, Marlene. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. IN: QUEIROZ, Renato da Silva; SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org.). **Raça e diversidade.** São Paulo: Edusp, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, Maria de Mello e. **África e Brasil africano.** São Paulo: Ática, 2008.